



ACTA N° 4/2006

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE MARÇO DE 2006
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 20 DE MARÇO DE 2006

-----No dia 20 de Março de 2006, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Extraordinária, convocada ao abrigo do n° 1 do Art. 50° da Lei n° 169/99, de 18/9, com as alterações introduzidas pela Lei n° 5-A/2002 de 11/1, e das alíneas a), c), e u) do n° 2 do Art. 18°, do n° 1 e n° 2 do Art. 23° e do n° 2 do Art. 28°, todos do respectivo Regimento, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte, **ORDEM DO DIA**:

➤ **PONTO ÚNICO – Proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT – Algarve).**

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quorum, deu início à presente Sessão, quando eram 21 horas e 3 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença (2ª Secretária)
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João)
PS	Carlos Alberto Cravo de Albuquerque
PS	Carlos Alberto Esteves Pires
PS	Carlos Alberto Martins Ribeiro
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade (1º Secretário)
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes (Presidente da Junta de Freguesia de Bensafrim)
PS	Joaquim Pedro Martins Parreira Cruz (Presidente Junta de Freguesia de São Sebastião)
PS	José Mariano Monteiro de Jesus
PS	Manuel Domingos Borba (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto



Fl. 24v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

PS	Paulo Jorge Correia dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria)
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente da Mesa)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo
PSD	Eurico José dos Reis Correia
PSD	Fernando Miguel Carreiro de Amaral Soares
PSD	Fernando Ramos Bernardo
PSD	João António do Rio Rosa Bravo
PSD	José Joaquim Pacheco dos Reis
PSD	Nuno Filipe Carreiro Ferreira Serafim
PSD	Rosa Maria Marreiros Rosado
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia
INDEPENDENTE	Eduardo Morales Almeida Santana

-----ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA SESSÃO, no momento indicado nesta Acta, o seguinte Membro:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** Interveio o Município Sr. Hélio Pena que começou por se apresentar e dizer que é natural de Lisboa mas desde 1986 que adoptou a cidade de Lagos como a sua. Disse que é malabarista internacional, tendo corrido grande parte do Mundo exercendo esta actividade. Informou que é proprietário de dois terrenos na Raposeira onde tem criado burros, que é uma espécie que está em vias de extinção, acrescentando que se sente triste pela mentalidade dos portugueses estar bastante atrasada em relação aos animais. Disse que Portugal tem leis, mas que não são cumpridas, primeiro por falta de civismo dos portugueses e segundo por falta de fiscalização, dando os exemplos de: - conduzir embriagado; ocupação de estacionamento reservado a deficientes por parte de condutores “normais”; - existência de animais na praia, quando a sua presença é proibida. Disse que este último exemplo foi o que o trouxe à Assembleia Municipal, uma vez que quer apelar aos eleitos locais para que pressionem as autoridades marítimas no sentido de estas serem mais rigorosas na fiscalização destas situações, uma vez que lhe parece que a mesma não é feita. Disse que são os estrangeiros residentes no concelho, na maioria, quem levam os cães à praia, nomeadamente à Praia da Luz, à Meia-Praia e à Praia do Porto-de-Mós, fazendo-o logo de manhã cedo, tapando depois com a areia as necessidades feitas pelos cães. Recordou que as necessidades dos cães trazem doenças, chamam moscas e as grandes vítimas são as



crianças; as crianças estão sujeitas a ser vítimas de agressão por parte dos cães, assim como os utilizadores da praia podem ficar com os seus pertences estragados. Referiu que tinha assistido a um jogo de voleibol na praia, em que estava a participar o Sr. Presidente da Câmara, Júlio Barroso, e onde de repente um cão resolveu querer correr atrás da bola, tendo os participantes do jogo atirado areia para os olhos do animal para o afastar; ora ele teria actuado de outra maneira: tinha ido à procura do dono do cão e teria atirado areia para os olhos do dono do animal e não para os olhos do cão. Disse que toda a gente frequenta a praia e todos têm direito a desfrutá-la sem problemas, pelo que este problema dos cães na praia tem que ter solução. Avisar, juntos dos sinais que dizem que é proibido os cães frequentarem a praia, que a multa é de 50 € (cinquenta euros); haver fiscalização durante diferentes horas do dia, durante todo o ano. Sugeriu à Câmara Municipal de Lagos e às Juntas de Freguesia que criassem espaços com cerca de 2 a 4 mil metros quadrados vedados e só para os cães, solução já adoptada pela Suíça e pela Suécia, mas se não existir espaço para fazer isto, então que se aplique esta solução na praia. Disse ainda que as praias têm estado limpas e têm contentores para o lixo, mas a empresa responsável pela limpeza devia estar mais atenta a seguir às tempestades. Terminou felicitando o Presidente da Câmara por este ter constituído duas equipas de voleibol e aproveitou para sugerir aos Partidos da oposição e aos Presidentes das Juntas de Freguesia que criassem equipas de voleibol podendo assim ser organizado um torneiro de voleibol na praia, unissexo, uma vez que a igualdade entre os sexos é muito importante e a prática de desporto ao ar livre é bastante saudável.-----

-----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção foi aprovada, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO ÚNICO - PROPOSTA DE PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ALGARVE (PROT – ALGARVE):** O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, explicou a situação, os diversos avanços e recuos na elaboração daquele importante documento, as alterações nas equipas que elaboraram esta proposta. Explicou o papel da Comissão Mista de Coordenação e dissertou sobre as diversas reuniões entre a Câmara de Lagos e os responsáveis pela elaboração daquele Plano. Informou que, mais recentemente a Câmara foi confrontada com uma proposta deste Plano que vem dificultar e mesmo contrariar muitas das acções que o PDM de Lagos contempla. Em resumo, os Planos Municipais são incompatíveis, quase na sua generalidade, com esta proposta de PROT. Disse que o mesmo será dizer que muito do trabalho e dinheiro consumidos, poderão vir a ser inúteis. Comunicou que a Câmara Municipal entretanto sugeriu à CCDR que, atendendo à situação particular em que Lagos se encontra (sem PDM e com a maioria dos planos concluídos ou em fase de conclusão), passasse a integrar uma unidade de planeamento que nesta fase estaria excluída das previsões do PROTAL, o que está previsto na lei.-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:



Fl. 25v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
D E
LAGOS

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	21.20

-----O Sr. Eng. Martins Silva encarregou-se da análise técnica do documento. Disse que se havia algum consenso em relação ao anterior PROTAL, que funcionava como um PDM da região, esta nova proposta corresponde a um Plano de Pormenor, com uma carga normativa extremamente exigente e pormenorizada. Em relação ao modelo territorial que assenta nos núcleos policêntricos, reconhece que há um peso excessivamente grande de concentração do sector terciário em Faro-Loulé-Olhão, quando a região deve conter algum equilíbrio e que a potencialidade desse equilíbrio pode ser encontrada por cidades como Portimão, Lagos, Silves e Lagoa. Disse que não se conseguia ler em nenhuma parte do PROTAL o conceito de desenvolvimento do Triângulo Vicentino. Informou que é dito claramente que é desejável e interessante para o Algarve que o desenvolvimento turístico se faça a partir do modelo RESORT, acrescentando que é errado dar-se uma orientação destas sem que este conceito esteja claramente definido em termos da lógica nacional e o que queremos com esse produto. Disse que o PROTAL define como orientação uma tabela para tudo – 1ª habitação, 2ª habitação, ocupação turística fora dos perímetros urbanos e que a projecção das 24.000 camas nos próximos 10 anos, se fez com base num produto único, quando o objectivo é diversificar esse mesmo produto. Disse que, sendo um plano desenvolvido pela administração central representada na região, não está articulado com o Plano Nacional Estratégico de Turismo: este defende o Turismo Residencial para o Algarve o que não é transposto para este documento, o que prejudica especificamente Lagos, onde o PEL aponta para este tipo de desenvolvimento turístico. Disse que a verdadeira posição da administração, neste caso dum Câmara Municipal, é servir de agente regulador deste desenvolvimento, evitando a especulação dos terrenos, mas isto só é possível se a Câmara Municipal conseguir estar nesse papel de regulação. Afirmou que a política de solos tem que existir e a Câmara Municipal tem que ter meios próprios para estar lá, pelo que só é possível criar plafonds de licenciamento se as câmaras tiverem um papel activo na política de solos. Realçou também um aspecto relevante e determinante da forma como este documento não deve ser produzido: consta do próprio PROTAL um capítulo designado como Recomendações, ora para que este documento seja eficaz há um conjunto de recomendações que deviam ter eficácia real, mas, paradoxalmente, a eficácia real está fora do âmbito deste documento, pelo que a administração está a pedir-nos que validemos um documento em que o pacote básico para que ele tenha sucesso, não faz parte do mesmo. Terminou dizendo que este documento não contempla a população residente e se esta não se revê nele, dificilmente consegue criar uma linha de entusiasmo para puxar por ele.-----

-----O Sr. Eurico Correia (PSD) começou por agradecer os esclarecimentos técnicos do Sr. Eng. Silva. Depois disse que o PROTAL não tem tudo de mal. Disse que tinha ficado agradado com o facto do Sr. Presidente da Câmara ter acolhido uma sugestão do Sr. Vereador Nuno Marques do PSD, o que revela que a oposição



do PSD não faz só oposição, faz também “construção” dentro do seu desenvolvimento político na Câmara Municipal. Acrescentou que pena era o Sr. Presidente da Câmara Municipal não ter aceite outras sugestões do PSD que talvez o tivesse ajudado nestes últimos 5 anos. Disse que não estava agradado com a oposição do PS local ao PROTAL. Esclareceu que o PSD está com a Câmara Municipal, e que o PSD regional já emitiu a sua opinião sobre o documento e o PSD local também já fez o mesmo, mas o PS local ainda não se pronunciou publicamente, ao contrário do PS regional.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que apesar de alguns não quererem discutir este assunto, o Documento em causa tem aspectos políticos que não se podem ignorar: há que saber o porquê na pressa em aprovar este Documento, ou seja, que interesses estão por detrás de quem defende este modelo de desenvolvimento para o Algarve. Disse que gostava de saber porquê que depois de assumidos compromissos pela CCDR Algarve, pelas Comissões de Acompanhamento no desenvolvimento dos Planos Directores e de Pormenor, e depois de terem sido dadas directrizes num determinado sentido, vem uma proposta que faz tábua rasa desse tipo de compromissos e desse tipo de orientações. Assim pergunta qual é a leitura que a Câmara Municipal faz disto. Afirma que isto acontece pela inexistência de uma Região Administrativa. Disse que esta semana vai ser decisiva para este documento, por isso perguntou que implicações vão sofrer os Planos do município de Lagos, que estão mais avançados, nomeadamente o PDM os Planos de Urbanização da Meia Praia e da Luz e todos os outros Planos de Pormenor e que efeito, em concreto, poderá ter a aprovação do documento PROTAL tal qual ele está, no andamento dos instrumentos de planeamento referidos.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) perguntou se o PROTAL entrar em vigor qual é a sua aplicação prática no território da Meia Praia, como é que o mesmo poderá ser ordenado ou não. Disse que o PROTAL não é mais do que a súmula do projecto de desenvolvimento que o Governo tem para a Região do Algarve e o mais estranho é que parece que a Câmara de Lagos, que é apoiada pelo PS, parece que não consegue levar os criadores do PROTAL a ponderarem o bem do concelho de Lagos e alterarem o documento, de modo a que proporcione à população de Lagos um nível de desenvolvimento adequado às suas pretensões. Acrescentou que esta situação é ainda mais grave pelo facto de, há cerca de 4 anos, estarmos perante estudos diversos e, até ao momento, nada ainda ter sido feito; mas mais grave ainda é a criação, com este PROTAL, de uma zona não edificante com uma excepção, a de se o Governo entender, poderem construir projectos de interesse nacional. Disse que esta situação está prevista para o concelho de Lagos e isso é preocupante, porque revela falta de confiança política, por parte de quem teve esta visão “demoníaca”, para com o concelho de Lagos. Perguntou qual é a aplicação prática da criação desta unidade de planeamento autónomo e se, nas reuniões com a CCDRA, houve abertura para a criação desta unidade de planeamento e se esta opção é credível.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) começou por expressar o seu descontentamento pela posição tomada pela CCDRA



Fl. 26v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Em relação ao convite formulado pela Assembleia Municipal para estarem hoje representados nesta Sessão da Assembleia Municipal. Disse que tinha ficado espantado com o facto de terem acusado o PS local de não ter uma posição sobre este assunto, uma vez que a Câmara Municipal, eleita pelo PS, representa o PS em Lagos e a Proposta aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal, foi uma proposta da Câmara Socialista que incluiu contributos do PSD. Mostra-se espantado com o facto das Câmaras de Loulé, Tavira e Albufeira, que são PSD, estarem de acordo com o PROTAL. Perguntou se havia mais posições de outras Câmaras do Algarve e se a AMAL já tinha uma posição final. Disse que a questão da unidade autónoma de planeamento tinha sido por si levantada numa reunião mais privada com a Câmara Municipal onde os Vereadores do PSD nada referiram sobre este tema, fazendo agora a bancada do PSD aproveitamento político desse facto.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que estas questões são sensíveis e que antes desta Sessão a Comissão Permanente tinha estado reunida de modo a preparar um documento a apresentar nesta Sessão e agora estava a verificar que se estavam a extremar posições, o que não favorece nada o interesse do colectivo do município e do Algarve, quanto eram importantes decisões unânimes. Disse que nem o PSD, nem o PS, a nível nacional, têm interesse em criar a Região Administrativa do Algarve. Disse que é obvio que o Governo já tem a posição tomada sobre o PROTAL, assim como o PS, e por isso a Assembleia Municipal pouco pode fazer a não ser manifestar indignação pela forma pouco honesta como os governantes, a nível nacional têm querido gerir os interesses do Algarve. Disse ainda que estava profundamente desagradado pelo Algarve ser tratado, mais uma vez, como o quintal do País, como o sítio aonde todos vêm apanhar sol quando não têm mais nada para fazer; é assim que o País trata o Algarve e pelos vistos é assim que vai continuar a tratar.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) em relação ao início da intervenção do Sr. Santana, disse que a mesma vale o que vale. Solicitou à Mesa que esclarecesse a questão do convite formulado à CCDRA e a sua não presença nesta Sessão. Disse que os conceitos do litoral, do barrocal e de serra, tinha desaparecido do PROTAL, tendo solicitado a opinião do Eng. Silva sobre este assunto.-----

-----O Sr. Eurico Correia (PSD) disse que o Sr. Santana, em parte tem razão, mas a Assembleia Municipal é um órgão político e o Documento também é político e partidário. Esclareceu que não sabia, mas ficou a sabê-lo pelas palavras do Sr. Paulo Jorge Reis: o Sr. Presidente da Câmara também representa a Comissão Política do PS local.-----

-----O Sr. Carlos Albuquerque (PS) disse o seguinte: “Concordando em absoluto com a posição da minha Bancada, desfavorável à proposta do PROTAL sujeita a apreciação nesta Assembleia, permita-se-me o seguinte exercício de reflexão: Das cinco regiões plano de Portugal Continental, qual seria a ordem das mesmas relativamente às boas práticas e procedimentos, em matérias como o Planeamento e Ordenamento do Território e do Ambiente? Não nos iludamos que o Algarve (por culpa própria), figuraria em posição que nos deixaria envergonhados a todos. Não me espantava que às nossas sub-regiões fossem apontados os seguintes “defeitos”:



-Uma faixa litoral descaracterizada, com índices de construção descomunais e descontrolados e com uma elevada concentração populacional; - Um Barrocal semi-deserto e envelhecido, a assistir ao agonizar da sua principal actividade económica, a agricultura; - Uma Serra deserta, inóspita e com a sua floresta a arder. Também sabemos que o quadro não é tão dantesco como descrevi, porém não se poderá deixar de reconhecer, de uma vez por todas, os alarmantes sinais que pontificam na Região. Decorrendo, que para alguns concelhos o PROTAL já peca por ser tardio, para outros ainda poderá a ajudar a salvar a “face” e para outros terá que atender às especificidades muito próprias do concelho; Concluindo, e é a ideia base da minha crítica ao PROTAL, é que este não pode tratar de igual modo o que é distinto, sob pena de agravar, ainda mais, as enormes assimetrias regionais. Isto significa que diferentes realidades não podem ter o mesmo tratamento, ou tão pouco ser aplicada a mesma solução para os diferentes problemas de cada um dos 16 concelhos algarvios. Assim, defendo a adopção de uma medida de discriminação positiva para a Associação de Municípios das Terras do Infante, e por inerência para o concelho de Lagos, no que à implementação do PROTAL diz respeito. Devendo o mesmo incorporar todos os instrumentos de Planeamento e Ordenamento (PDM, PMOT) do território de cada um dos três concelhos. Pois os benefícios que adviriam de uma medida de excepção como a sugerida, seriam incomensuravelmente maiores que o prejuízo decorrente da aplicação (imposta) deste PROTAL. Termino, com três notas não negligenciáveis, que têm relação directa com o PROTAL: a) Expressar a minha solidariedade e total compreensão pela rejeição do PROTAL pelos municípios de Aljezur e Vila do Bispo. b) O QREN que define, entre outros aspectos, os critérios de atribuição dos fundos comunitários para o período de 2007-2013, terá o PROTAL como matriz orientadora das prioridades para atribuição dos mesmos fundos. c) A particular satisfação, pese embora todas as críticas que o PROTAL me merece, de constatar que o sector do Turismo de qualidade e de excelência é assumido de forma inequívoca e sem preconceitos como o motor de desenvolvimento sócio-económico do Algarve. Centrando-se a Região onde tem vantagens competitivas, não descurando a complementaridade do Turismo com outros sectores.”-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o PS, afinal, sabe quais são municípios bem geridos no Algarve (Albufeira, Loulé e Tavira), uma vez que têm a confiança política do Governo. Disse que tinha ficado sem saber qual é o PS que o Sr. Carlos Albuquerque apoia, se o PS de Lagos, se o PS regional, se o PS a nível nacional, porque todos eles têm posições diferentes em relação ao PROTAL: o Governo é a favor, o PS Lagos não tem posição e o PS a nível regional é contra algumas posições do PROTAL.-----

-----O Sr. Eduardo Santana (IND) disse que a intervenção do Sr. Carlos Albuquerque demonstrava que este ainda não estava muito bem por dentro do assunto Algarve.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu a seguinte Proposta apresentada pelo Grupo da CDU: “Considerando as dúvidas levantadas com a apresentação da proposta do PROTAL e dado as implicações que este Plano de



Fl. 27v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Ordenamento terá no Município de Lagos. Considerando o desconhecimento e ou desinteresse com que a maioria dos munícipes encara estas temáticas. Considerando que se aproxima a data de aprovação da proposta de PROTAL pela Comissão Mista de Coordenação. Os Eleitos da CDU propõem que esta Assembleia Municipal convide a Câmara Municipal de Lagos para a realização de um debate público conjunto sobre o PROTAL no período de discussão pública do mesmo.” Informou ainda o Plenário que a Mesa da Assembleia Municipal tinha convidado a CCDRA para estar presente nesta Sessão, tendo esta informado que não estava disponível, mas que se disponibilizavam para receber uma delegação do Município de Lagos nas suas instalações.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA SESSÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 36 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Sessão para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 57 minutos.-----

-----**SAÍDA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta interrupção, ausentou-se definitivamente da sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	António da Silva Correia (Presidente da Junta de Freguesia de Barão de São João)

-----O Sr. Eng. Martins Silva, sobre a questão do Barrocal e da Serra disse que este PROTAL diz algo diferente em relação ao passado: as conclusões de estudo e diagnóstico, em especial o estudo da ocupação dos solos, analisadas à luz das opções estratégicas adoptadas e dos objectivos delineados, aconselham a uma organização da região em cinco unidades territoriais, nomeadamente Litoral Sul, Barrocal, Costa Vicentina, Baixo Guadiana e Serra. Disse que lhe parecia que o denominador comum deste PROTAL é dizer que as autarquias não foram capazes de fazer o ordenamento do Algarve e que tudo o que foi feito não foi bem feito e que foi bem feito é o que não foi feito. Assim este PROTAL acaba por ser um conjunto de regras para pôr ordem na casa; abandonaram-se critérios de ordem física, de princípio e adoptaram-se critérios tutelados. Sobre quais as implicações da aplicação do PROTAL nos nossos Planos disse que na reunião que o Senhor Presidente há pouco focou, verifica-se que a própria CCDR já fez parte deste exercício e acrescentou que nos Planos de Pormenor de Bensafrim, Sargaçal, Almádena, Espiche, Portelas e Barão de S. João com um pequenino acerto, estão todos bem e não vão colidir com o PROTAL. Em relação ao Plano de Pormenor do Chinicato disse que a noção que tem é que há alguma colisão em relação ao aumento da área de expansão. Disse que lhe parecia perfeitamente possível explicar e de bom senso explicar que aquela área de expansão que diz respeito exclusivamente à área industrial e de serviços, assume-se como área industrial e de serviços do município, extravasando a área da povoação do Chinicato e como tal justifica ter uma dimensão superior à da própria povoação. Disse que com este esclarecimento, parece ultrapassada a colisão com o PROTAL. Em relação ao Plano de Lagos, em termos técnicos, disse que tinha algum optimismo, porque é uma proposta muito



equilibrada e não será por aí que vão surgir aspectos de incompatibilidade. O Plano da Luz está todo desenvolvido com uma proposta de perímetro urbano dentro dos tais 2 Km e reconhece que é provável que este Plano entre em colisão, porque conforme a presente leitura do PROTAL, na área delimitada de 2 km a partir da linha das margens de água do mar, as novas ocupações são exclusivamente de hotelaria. Disse que o Plano de Odiáxere não vai respeitar esse perímetro e 80 % do Plano de Odiáxere está em colisão com o PROTAL. Disse que a Meia Praia está toda dentro da área dos 2 Km. Colocam-se aqui vários cenários em alternativa, isto é, tal como foi dito anteriormente, o Plano da Meia Praia já passou o ciclo de 21 pareceres de entidades, já passou à 2ª volta de mais 9 entidades e já está pronto para começar a respectiva discussão pública. Acrescentou que ao longo deste percurso todo, que é conhecido da CCDRA, ninguém a levantou questões que pusessem em causa a estrutura global do próprio Plano, mas é preciso dar atenção aos conceitos que são introduzidos pelo PROTAL, nomeadamente a linha dos 500 m, a linha dos 2 km, o conceito de ocupação turística e mais alguns conceitos dispersos pelo que é o Plano que o preocupa mais substancialmente, apesar de ter tido uma evolução mais completa, passando todos os circuitos de pareceres. Quanto ao PDM disse que está marcada a reunião da Comissão Mista para o próximo dia 30 de Março, onde certamente vai haver a primeira antevisão disto tudo que estamos a falar. Disse que não sabia o que vai ser aprovado primeiro, se será o Plano da Meia Praia, o do Sargaçal ou o PDM. Disse que todos estes planos estão correctamente articulados. Reconhece que é natural que o PDM esteja em desacordo com a proposta do PROTAL agora apresentada. Esclareceu ainda que o aspecto mais relevante do PROTAL sobre os Núcleos de Desenvolvimento Turístico e Desenvolvimento Económico, prende-se com a não espacialização nos PDM's nas zonas onde podem ocorrer estes núcleos. Terminou dizendo que é pouco provável que o PDM, tal como está, tenha sucesso.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Júlio Barroso, disse que a Câmara tem assumido as suas responsabilidades políticas. Regozijou-se pelo facto do PSD ter-se concertado com uma Proposta apresentada pelo Executivo do PS, pela primeira vez em 5 anos. Disse que o que está em causa é o Município e não tem problemas em defender as ideias do Partido pelo qual foi eleito, apesar de ser Independente. Deu os parabéns à ASEMBA sobre a sua posição em relação ao PROTAL. Louvou a Moção que a Assembleia Municipal vai apresentar. Disse que a posição da Câmara Municipal já mexeu com este assunto e isso está implícito na proposta de acta da próxima reunião a realizar-se com a CCDR sobre o PROTAL. Disse que o PROTAL tem que respeitar alguns Planos Municipais de Ordenamento do Território que estão em curso e isso não acontece no actual documento. Reconhece que o Município de Lagos juntou os seus políticos e os seus empresários e fez, de facto, uma barreira perante qualquer coisa que, para o concelho de Lagos, era absolutamente negativo e que já está reconhecido na CCDR. Terminou dizendo que têm que estar todos atentos a este assunto.-----

-----O Sr. Fernando Bernardo (PSD) disse que havia uma coisa que ficava no ar que



Fl. 28v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

era o porquê da CCDR ter modificado o seu comportamento com as autarquias a determinada altura da elaboração do PROTAL, dado que, se do início da elaboração do PROTAL, a CCDR mantinha uma colaboração estreita com as autarquias, a partir de certa altura essa colaboração praticamente que desapareceu e não se sabe o porquê. Opinando que talvez o Governo tenha uma mão nesta situação. Consta que desta vez lhe parece que houve uma abertura do Sr. Presidente da Câmara, à proposta apresentada pelos Vereadores do PSD, o que não aconteceu noutras alturas. Disse ainda que se deve reforçar a posição já tomada, devem manter-se alertas e aprovar a Moção da Assembleia Municipal por unanimidade.-----

-----O Sr. Paulo Jorge Reis (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria) disse que, actualmente, quem gere os destinos da CCDR é um militante do PSD.-----

-----O Sr. Nuno Serafim (PSD) disse que o PS já nos habituou a que a culpa morra solteira e acrescentou que o actual Governo é PS e a CCDR está sob a alçada do Governo.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), leu a seguinte Moção apresentada pela Comissão Permanente: “A Assembleia Municipal de Lagos, Órgão Deliberativo com responsabilidade e dever de defender e estabelecer o interesse público na área do município, por imperativo constitucional, entende ser importante pronunciar-se sobre a proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, em elaboração pela CCDRA, sem prejuízo de emitir parecer na fase de consulta pública, única fase em que, por imposição legal, pode fazê-lo (aliás disposição legal contraditória e discriminatória que subvaloriza inexplicavelmente os representantes eleitos, na aprovação de Plano de Ordenamento do Território com implicações e normativos tão condicionadores da “vida” dos cidadãos). Tendo presente, a documentação da proposta de Plano antes referida, tendo em conta, a posição política aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal de Lagos que a Assembleia Municipal de Lagos subscreve na íntegra, as posições sobre o assunto de todas as forças políticas com representação nos Órgãos do Município, outras posições assumidas por organizações empresariais da área do Município. Considerando, que o município de Lagos, de há quatro anos para cá, vem revendo todos os PMOT’s em concertação com a CCDR Algarve, tendo este organismo indicado e a Câmara seguido os princípios orientadores da reformulação dos PMOT’s, não se compreende que a versão do PROTAL, agora em discussão, não tenha tido em conta todos os considerandos anteriormente impostos, fazendo com que os planos que foram trabalhados nos últimos quatro anos sejam para por de lado, tendo Lagos que reiniciar(!) todos os procedimentos necessários para a formulação de PMOT’s que se coadunem com o novo PROTAL. Que a imposição do PROTAL como ele se apresenta, irá representar um atraso do concelho de Lagos de cerca de oito anos, considerando os quatro já gastos com os actuais PMOT’s, fazendo com que a o território Lacobrigense e a sua população sejam injustamente prejudicados em relação aos restantes Concelhos Algarvios. O extenso conjunto de PMOT’s em elaboração na área do Município, o Plano Estratégico de Lagos, em fase final de elaboração e já aprovado em reunião de Câmara Municipal, outros Planos Sectoriais do Município, outros Planos de hierarquia superior e eficazes



como o POOC e Plano Estratégico Nacional de Turismo. Reconhecendo que todos estes problemas seriam mais facilmente equacionados com a concretização da Regionalização, nomeadamente a criação da Região do Algarve, a Assembleia Municipal de Lagos afirma que, em relação às opções estratégicas definidas para o Algarve, esta proposta de Plano Regional carece nomeadamente de: - Definição de bases para uma “Política de Solos” sustentável, em que se clarifiquem o papel das autarquias e de entidades regionais/supra-municipais e permita um desenvolvimento mais equilibrado dos vários sectores de actividade nas várias sub-regiões do Algarve; - Compatibilização com estratégias municipais de desenvolvimento assumidas pelas comunidades e sustentadas em estudos credíveis; - Definição de políticas de Recursos Hídricos e de Energia, sustentáveis e geradoras de estabilidade e segurança; - Programação de Investimentos Públicos que não acentue os desequilíbrios territoriais, consolide um Modelo Territorial Polinucleado e promova efectivamente o investimento privado competitivo; - Definição de uma política coerente e extensiva de Valorização do Património Natural, Construído e Cultural do Algarve; - Simplificação de procedimentos para NDE e NDT, sem imposição de “modelos” que coarctam a criatividade empresarial; - Ajustamento dos Normativos restritivos da edificação no “litoral” às características específicas biofísicas, ambientais e realidade social de cada fragmento da orla costeira (não tratar o diferente como igual); - Transformação dos “plafonds” concelhios para residência habitual, em meramente indicativos, uma vez que a realidade e a dinâmica social/económica são dotadas de elevado grau de imprevisibilidade; - Revisão do limite de 24.000 camas turísticas, cuja determinação permanece obscura e insustentável, com criação de regras claras que permitam concursar e adequar intenções de investimento credíveis à fracção desejável da capacidade de carga dos territórios, com salvaguarda de valores ambientais; - Planeamento de Requalificação e Valorização do Turismo Residencial. A AML reafirma ainda que, naquilo que ao Município de Lagos respeita, este Plano Regional não potencia em promove o desenvolvimento porque, entre outros: - Os dados e previsões demográficas em que se baseia não são correctas; - Não estão contemplados/previstos os sistemas viários que interessam ao Município, ligações com a VLA e municípios de Aljezur e Vila do Bispo; - Não há qualquer referência ao Porto de Lagos – comercial e de pesca; - Não há qualquer referência á construção de Hospital de Substituição para a Unidade Hospitalar de Lagos do CHBA; - Não está prevista a integração do proposto Museu dos Descobrimientos na Rede Nacional de Museus; - Não está definida adequadamente a relevante prioridade de construção do futuro aeródromo do Barlavento; - Não está ainda definida a prioridade do investimento ferroviário e ferroviário ligeiro no Barlavento; - Não estão previstos investimentos públicos estruturantes para o concelho e dificultam-se intenções credíveis já apresentadas á autarquia; - Se obriga a reformular os PMOT’s já em fase final de elaboração (Ex: PDM e Plano da Meia Praia), já consensualizados com as entidades da Administração, forçando o Município a protelar de forma inadmissível e insustentável a aprovação dos seus planos ESSENCIAIS de competitividade municipal. Por tudo o que ficou dito atrás a AML entende que, esta Proposta de



Fl. 29v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

Plano, representa para Lagos um instrumento de “LESA-LACÓBRIGA” e “LESA-ALGARVE” e merece a reprovação unânime dos representantes legítimos da comunidade lacobrigense. Em conclusão, a AML exorta vivamente a(s) entidade(s) responsável(eis) pela elaboração desta Proposta de PROT – Algarve, a ponderar as objecções atrás referidas e reformular o documento de modo a que este possa cumprir adequadamente a função de promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável do Algarve.”-----

-----Posto isto foi colocada à votação a Moção apresentada pela Comissão Permanente tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e aclamação.-----

-----Seguidamente passou-se à votação da Proposta apresentada pelo Grupo da CDU, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Sessão.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Sessão, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, eram 23 horas e 43 minutos, declarou encerrada a Sessão.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Acta que eu,.....

.....,
Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.--

.....
.....
